

NEWSLETTER DIGESTO N.º 5/2016

Disponibilização: 14 de março de 2016

Período abrangido: 29 de fevereiro a 11 de março de 2016



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Interna
 2. Administração Pública
 3. Agricultura, Caça e Pescas
 - Agricultura e Agro-pecuária
 - Florestas
 - Pescas
 - Veterinária
 - Vitivinicultura
 4. Cidadania
 5. Comércio
 6. Construção Civil e Obras Particulares
 7. Cultura
 8. Educação
 9. Energia
 10. Finanças
 - Contribuições e Impostos
 - Valores Mobiliários
 11. Justiça
 12. Mar
 13. Negócios Estrangeiros
 14. Presidente da República
 15. Regiões Autónomas
 - Madeira
 16. Saúde
 17. Segurança Social
 18. Trabalho
 19. Transportes e Comunicações
- Apresentação de um diploma tratado pelo DIGESTO

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Mapa n.º 2/2016, de 01 de março](#)
(Administração Interna - Secretaria-Geral)

Publicita o mapa com o número de inscritos no recenseamento eleitoral até ao dia 31 de dezembro de 2015.

[Portaria n.º 43/2016, de 11 de março](#)
(Negócios Estrangeiros, Finanças, Administração Interna e Justiça)

Define as condições de acesso e as regras gerais de cofinanciamento comunitário aos projetos apresentados ao abrigo do Fundo para a Segurança Interna, para o seu período de execução.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Despacho n.º 3486/2016, de 09 de março](#)
(Finanças - Gabinete do Ministro)

Regulamenta os termos e a tramitação da dispensa de parecer prévio vinculativo do membro do Governo na contratação e renovação de contratos de aquisição de serviços que respeitem diretamente ao processo de planeamento, gestão, avaliação, certificação e auditoria e controlo de fundos europeus estruturais e de investimento no âmbito da assistência técnica dos programas operacionais pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

[Despacho n.º 3565-A/2016, de 09 de março](#)
(Planeamento e das Infraestruturas - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.)

Aprova a Norma de procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários no âmbito dos Sistemas de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA2020) e a Ações Coletivas (SIAC) no Domínio da Competitividade e Internacionalização.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- AGRICULTURA E AGRO-PECUÁRIA

[Despacho n.º 3073/2016, de 29 de fevereiro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)

Altera o Catálogo Nacional de Variedades (CNV), previsto no Decreto-Lei n.º 154/2004, de 30 de junho.

[Decreto-Lei n.º 14/2016, de 09 de março](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece o regime jurídico da batata para consumo humano e da batata-semente, transpondo a Diretiva n.º 2002/56/CE, do Conselho, de 13 de junho de 2002, e as Diretivas de Execução n.ºs 2013/63/UE, da Comissão, de 17 de dezembro de 2013, 2014/20/UE, da Comissão, de 6 de fevereiro de 2014, e 2014/21/UE, da Comissão, de 6 de fevereiro de 2014.

- FLORESTAS

[Portaria n.º 42/2016, de 08 de março](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à segunda alteração ao Regulamento do Fundo Florestal Permanente, aprovado pela Portaria n.º 77/2015, de 16 de março.

- **PESCAS**

[Portaria n.º 34-A/2016, de 29 de fevereiro](#)

(Mar)

Procede à terceira alteração à Portaria n.º 251/2010, de 4 de maio, que estabelece restrições à pesca de sardinha com cerco e altera a composição da comissão de acompanhamento da pescaria.

[Despacho n.º 3112-B/2016, de 29 de fevereiro](#)

(Mar - Gabinete da Ministra)

Estabelece os limites de captura e as regras aplicáveis à pesca da sardinha com cerco no período de 1 de março a 31 de julho de 2016.

- **VETERINÁRIA**

[Despacho n.º 3595/2016, de 10 de março](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)

Define as normas técnicas de execução regulamentar do Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses (PNLVERAZ) e estabelece as medidas de prevenção da raiva animal e de vigilância clínica e epidemiológica.

- **VITIVINICULTURA**

[Despacho n.º 3071/2016, de 29 de fevereiro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação)

Estabelece a nível nacional, e para o ano de 2016, as regras e os critérios de elegibilidade e de prioridade e os procedimentos administrativos a observar na distribuição de autorizações para novas plantações de vinha.

4. CIDADANIA

[Lei n.º 2/2016, de 29 de fevereiro](#)
(Assembleia da República)

Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio (que adota medidas de proteção das uniões de facto), à primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio (que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo), à vigésima terceira alteração ao Código do Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de junho, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 121/2010, de 27 de outubro (que define os procedimentos para a habilitação dos padrinhos e regulamenta a Lei n.º 103/2009, de 11 de Setembro).

5. COMÉRCIO

[Despacho n.º 3692-A/2016, de 11 de março](#)
(Economia - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Comércio)

Determina a criação de uma linha de crédito para apoio à revitalização do setor do comércio de proximidade do município de Albufeira.

6. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

[Despacho n.º 3156/2016, de 01 de março](#)
(Economia - Direção-Geral de Energia e Geologia)

Substitui o programa de cálculo de determinação da energia produzida pelos sistemas solares térmicos e dos sistemas solares fotovoltaicos, no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, bem como a entidade responsável do programa.

[Portaria n.º 39/2016, de 07 de março](#)
(Economia)

Procede à segunda alteração do Anexo IV da Portaria n.º 349-A/2013, de 29 de novembro, que determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado.

7. CULTURA

[Regulamento n.º 218/2016, de 03 de março](#)
(Cultura - Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.)

Publica o Regulamento Geral Relativo aos Programas de Apoios Financeiros e respetivos Anexos, referente aos concursos de apoio financeiro a promover pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P., no ano de 2016.

8. EDUCAÇÃO

[Parecer n.º 4/2016, de 29 de fevereiro](#)
(Educação - Conselho Nacional de Educação)

Emite Parecer sobre formação inicial de educadores e professores e o acesso à profissão.

[Despacho Normativo n.º 1-D/2016, de 04 de março](#)
(Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação)

Aprova o Regulamento do Júri Nacional de Exames e o Regulamento das Provas e dos Exames do Ensino Secundário.

[Decreto-Lei n.º 9/2016, de 07 de março](#)
(Educação)

Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de seleção, recrutamento e mobilidade do pessoal docente para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação.

9. ENERGIA

[Diretiva n.º 6/2016, de 08 de março](#)
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova regras sobre o registo e comunicação de transações de energia elétrica por agentes de mercado em regimes remuneratórios específicos.

[Decreto-Lei n.º 13/2016, de 09 de março](#)
(Economia)

Estabelece os requisitos mínimos para a prevenção dos acidentes graves nas operações offshore de petróleo e gás e para a limitação das consequências desses acidentes, transpondo a Diretiva n.º 2013/30/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013, relativa à segurança das operações offshore de petróleo e gás, que altera a Diretiva n.º 2004/35/CE transposta para a ordem jurídica pelo Decreto -Lei n.º 147/2008, de 29 de julho.

[Portaria n.º 42-A/2016, de 09 de março](#)
(Economia)

Define a tarifa de referência aplicável durante o corrente ano à eletricidade vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público, oriunda de unidades de pequena produção que utilizam fontes de energia renovável.

[Diretiva n.º 7/2016, de 11 de março](#)
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova Normas complementares do setor elétrico (relato económico-financeiro para efeitos de cálculo tarifário).

10. FINANÇAS

- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[Lei n.º 5/2016, de 29 de fevereiro](#)
(Assembleia da República)

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva 2015/121/UE, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015.

[Decreto-Lei n.º 8/2016, de 04 de março](#)
(Finanças)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 26-A/2014, de 17 de fevereiro, que cria o sorteio «Fatura da Sorte».

- VALORES MOBILIÁRIOS

[Aviso n.º 3251/2016, de 10 de março](#)
(Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E.)

Publica as Condições Gerais da Série Obrigações do Tesouro OT 2,875 % - Julho 2026.

11. JUSTIÇA

[Acórdão n.º 545/2015, de 29 de fevereiro](#)

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma contida no n.º 6 do artigo 86.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 566/99, de 22 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2005, de 8 de setembro.

[Acórdão n.º 574/2015, de 01 de março](#)

(Tribunal Constitucional)

Julga as contas da campanha eleitoral, apresentadas pelas candidaturas às eleições dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizadas em 14 de outubro de 2012.

[Acórdão n.º 634/2015, de 01 de março](#)

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma do artigo 144.º do Orçamento de Estado para 2013, aprovado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que veda a utilização gratuita dos transportes públicos rodoviários, fluviais e ferroviários.

Acórdão n.º 684/2015, de 01 de março
(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma constante do artigo 97.º, n.º 5, do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual a fundamentação da decisão relativa aos prazos máximos de prisão preventiva pode ser feita por remissão para a promoção do Ministério Público, desde que revele o exercício de uma ponderação própria pelo juiz; decide não julgar inconstitucional a norma constante do artigo 97.º, n.º 5, do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual a fundamentação da decisão quanto à excecional complexidade do processo pode ser feita por remissão para a promoção do Ministério Público, desde que revele o exercício de uma ponderação própria pelo juiz; e decide não conhecer do recurso quanto às demais questões de inconstitucionalidade.

Acórdão n.º 41/2016, de 01 de março
(Tribunal Constitucional)

Decide julgar inconstitucional a norma dos artigos 22.º, n.º 1, 23.º e 80.º, n.º 1, todos da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, na redação introduzida pela Lei n.º 46/2011, de 24 de junho, interpretados no sentido de que «apenas porque, na fase de inquérito, é cometida ao Tribunal Central de Instrução Criminal a competência para a prática dos atinentes atos jurisdicionais, deve essa competência estender-se à fase de instrução, mesmo que não verificados quaisquer dos pressupostos, cumulativos, aliás, ali mencionados - isto é, mesmo que no processo não haja sido deduzida acusação por qualquer dos crimes do catálogo do n.º 1 do artigo 47.º da Lei Orgânica do Ministério Público, nem se verifique qualquer dispersão territorial da atividade criminosa».

[Acórdão n.º 24/2016, de 07 de março](#)

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional o artigo 356.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, quando interpretado no sentido de que «a leitura dos depoimentos testemunhais prestados no inquérito perante o Ministério Público é admitida, sem ser necessário o consentimento dos arguidos, quando aquela leitura se destine a avivar a memória de quem declare na audiência já não se lembrar de certos factos, ou quando existir entre elas e as feitas na audiência discrepâncias ou contradições».

[Acórdão n.º 62/2016, de 07 de março](#)

(Tribunal Constitucional)

Decide julgar inconstitucional a norma do artigo 38.º, n.º 1, do Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública, na parte em que determina a suspensão de funções por efeito do despacho de pronúncia em processo penal por infração a que corresponda pena de prisão superior a três anos.

[Acórdão n.º 85/2016, de 07 de março](#)

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma do artigo 186.º-O, n.º 1, do Código de Processo do Trabalho, introduzido pela Lei n.º 63/2013, de 27 de agosto, interpretada no sentido de, na ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho, não ser permitido aos putativos trabalhador e empregador dispor do objeto do litígio, acordando, em sede de audiência de partes, que a relação jurídica existente entre ambos é de prestação de serviços.

[Acórdão n.º 56/2016, de 08 de março](#)

(Tribunal Constitucional)

Decide julgar inconstitucionais interpretações retiradas das seguintes normas: artigos 40.º, § 1.º, e 65.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 44623, de 10 de outubro de 1962 (exercício de pesca), em conjugação com o disposto nos artigos 3.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e 40.º, n.º 1, do Código Penal; e artigo 65.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 44623, de 10 de outubro de 1962, conjugado com o disposto no artigo 43.º, n.º 1, do Código Penal. Decide não julgar inconstitucional a norma do artigo 65.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 44623, de 10 de outubro de 1962, na interpretação segundo a qual dele resulta unicamente a aplicação da pena principal de multa ali prevista.

[Acórdão n.º 537/2015, de 10 de março](#)

(Tribunal Constitucional)

Julga as contas da campanha eleitoral para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, realizada em 9 de outubro de 2011.

12. MAR

[Decreto-Lei n.º 15/2016, de 09 de março](#)

(Mar)

Estabelece a coordenação estratégica da Administração do Porto de Lisboa, S. A., e da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A..

[Decreto-Lei n.º 16/2016, de 09 de março](#)

(Mar)

Cria o Fundo Azul, que tem por finalidade o desenvolvimento da economia do mar, a investigação científica e tecnológica, a proteção e monitorização do meio marinho e a segurança marítima.

13. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Aviso n.º 2973/2016, de 07 de março](#)

(Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Publicita as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de março de 2016.

14. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

[Decreto-Lei n.º 12/2016, de 09 de março](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o regime de suporte orçamental e administrativo aos gabinetes de trabalho dos ex-titulares do cargo de Presidente da República.

15. REGIÕES AUTÓNOMAS

- MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 9/2016/M, de 03 de março](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Procede à segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2004/M, de 13 de janeiro, que cria a Concessionária de Estradas VIAEXPRESSO da Madeira, S. A., adjudicando-lhe a concessão de serviço público de diversos troços de estradas regionais sem cobrança aos utilizadores, e aprova as respetivas bases da concessão.

[Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/M, de 03 de março](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Procede à segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21-A/99/M, de 24 de agosto, que cria a VIALITORAL, Concessões Rodoviárias da Madeira, S. A., autoriza a adjudicação da concessão da exploração e manutenção, em regime de serviço público, de exclusividade e de portagem sem cobrança aos utilizadores do troço rodoviário da ER 101 compreendido entre a Ribeira Brava e Machico, e aprova as respetivas bases de concessão.

[Decreto Legislativo Regional n.º 11/2016/M, de 09 de março](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Estabelece a estrutura e a organização dos cuidados de saúde primários na Região Autónoma da Madeira.

[Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/M, de 10 de março](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010/M, de 20 de agosto, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses.

Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/M, de 10 de março
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Proíbe na Região Autónoma da Madeira o abate de animais de companhia e errantes e estabelece um programa de esterilização dos mesmos.

Decreto Legislativo Regional n.º 14/2016/M, de 11 de março
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/M, de 20 de agosto, que define o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros na Região Autónoma da Madeira.

Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/M, de 11 de março
(Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Aprova a execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2016.

16. SAÚDE

Lei n.º 3/2016, de 29 de fevereiro
(Assembleia da República)

Revoga a Lei n.º 134/2015, de 7 de setembro, relativa ao pagamento de taxas moderadoras na interrupção voluntária da gravidez, e a Lei n.º 136/2015, de 7 de setembro, que procede à primeira alteração à Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, sobre a exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez.

Lei n.º 4/2016, de 29 de fevereiro
(Assembleia da República)

Estabelece o Plano Nacional de Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores.

[Portaria n.º 35/2016, de 01 de março](#)
(Saúde)

Estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço máximo dos reagentes (tiras-teste) para determinação de glicemia, cetonemia e cetonúria e das agulhas, seringas, lancetas e de outros dispositivos médicos para a finalidade de automonitorização de pessoas com diabetes, a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde.

[Despacho n.º 3206/2016, de 02 de março](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Define o processo de referenciação das pessoas com testes reativos ou infetadas pelos vírus das hepatites B e C, ou portadoras de outras infeções sexualmente transmissíveis, procedentes de serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde ou de entidades que com este celebraram acordos para realização de prestações de saúde.

[Portaria n.º 37/2016, de 04 de março](#)
(Saúde)

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério da Saúde.

[Despacho n.º 3426/2016, de 07 de março](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Enquadra a relação entre as unidades de terapêutica da dor e as equipas intra-hospitalares de suporte em cuidados paliativos (EIH CSP) e reforça a divulgação de informação no que respeita às EIH CSP constituídas.

[Despacho n.º 3586/2016, de 10 de março](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições para a contratação de serviços de saúde, através da modalidade de prestação de serviços, pelas instituições do Serviço Nacional de Saúde do setor público empresarial.

[Despacho n.º 3618-A/2016, de 10 de março](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Cria o Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados.

[Despacho n.º 3653/2016, de 11 de março](#)

(Saúde - Gabinete do Ministro)

Reconhece Centros de Referência Nacional em determinadas áreas da prestação de cuidados de saúde.

17. SEGURANÇA SOCIAL

[Decreto-Lei n.º 10/2016, de 08 de março](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à alteração ao Decreto -Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, e ao Decreto -Lei n.º 8/2015, de 14 de janeiro, repondo o regime transitório de acesso à pensão antecipada de velhice a beneficiários com, pelo menos, 60 ou mais anos de idade e, pelo menos, 40 anos de carreira contributiva, pelo período necessário à reavaliação do regime de flexibilização, e prevendo o direito de audição prévia do beneficiário.

18. TRABALHO

[Decreto-Lei n.º 11/2016, de 08 de março](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Cria uma medida excecional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora relativa às contribuições referentes às remunerações dos trabalhadores ao seu serviço, em 0,75 pontos percentuais, reportada às contribuições referentes às remunerações devidas nos meses de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017.

19. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

[Despacho n.º 3339/2016, de 04 de março](#)
(Administração Interna e Saúde - Gabinetes dos Secretários de Estado da Administração Interna e da Saúde)

Estabelece que, para efeitos estatísticos de sinistralidade rodoviária, os dados relativos aos feridos graves devem ter como fonte a base de dados dos Grupos de Diagnóstico Homogêneo gerida pela Administração Central do Sistema de Saúde.

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO


Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro (Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos)

Dados Gerais: (existem 6 notas)

LEI N.º 15/2002
Diário da República n.º 45/2002, Série I-A de 2002-02-22
Tipo Diploma: Lei
Número: 15/2002
Data Assinatura: 2002-02-22
Entidade(s) Emitente(s): Assembleia da República
Fonte: DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE A, Nº 45, de 2002-02-22, Pág. 1422 - 1457
Entrada em Vigor: 2004-01-01, de acordo com o estabelecido no art. 2º da Lei n.º 4-A/2003 de 19 de Fevereiro que altera a data prevista no presente diploma (um ano após a data da sua publicação).
Notas aos Dados Gerais
1 - Lei Geral da República
Resumo
Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA) e procede a algumas alterações sobre o regime jurídico da urbanização e edificação estabelecido no Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro.
Notas ao Texto Integral
Onde se lê: "Decreto-Lei n.º 41234", deve ler-se: "Decreto n.º 41234".

Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro (Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos)

Aplica/Regulamenta:




Aplica/Regulamenta	
Foi encontrada 1 associação.	
Data	Texto
	Al e) do art. 161º da CRP
 Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas	



Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro (Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos)


Aplicado por/Regulamentado por:

LEI N.º 15/2002

Diário da República n.º 45/2002, Série I-A de 2002-02-22

 [Direito Comunitário](#)  [Modificações](#)  [Retificações](#)

 [Outras Bases de Dados](#)  [Parlamento](#)

 [Exportar](#)  [Imprimir](#)

Outros Tipos:

Aplicado Por/Regulamentado Por


Foram encontradas 30 associações.

Data	Texto	Diploma
2014-10-21	Lei 15/2002, de 22-fev DR.IS-A [45] (N.º 2 do art.187.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos)	Portaria n.º 219/2014 - Diário da República n.º 203/2014, Série I de 2014-10-21
2013-04-09	DESP.4859/2013.09.04.2013.SES-MS, DR.IIS [69] de 09.04.2013 (Nº 1 do art. 173º do Código)	(Sem diploma) - Diário da República n.º 1/2000, Série II de 2000-01-03

Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro (Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos)

Modificações Produzidas:

Modificações Produzidas

 Notas:

A partir da data da entrada em vigor deste Código, as remissões que, em lei especial, são feitas para o regime do recurso contencioso de anulação de actos administrativos consideram-se feitas para o regime da acção administrativa especial.

Foram encontradas 7 associações.

Data	Texto
1999-12-16	Altera, a partir de 01.01.2004 (conforme o art. 2º da Lei 4-A/2003, de 19 de Fevereiro), o art. 112º do Dec Lei 555/99 de 16-Dez, DR.IS-A [291]
1998-05-15	Revoga, a partir de 01.01.2004 (conforme o art. 2º da Lei 4-A/2003, de 19 de Fevereiro), o Dec Lei 134/98 de 15-Mai, DR.IS-A [112]
1985-07-16	Revoga, a partir de 01.01.2004 (conforme o art. 2º da Lei 4-A/2003, de 19 de Fevereiro), a Lei de Processo nos tribunais Administrativos aprovada pelo Dec Lei 267/85 de 16-Jul, DR.IS [161]
1977-07-17	Revoga, a partir de 01.01.2004 (conforme o art. 2º da Lei 4-A/2003, de 19 de Fevereiro), o Dec Lei 256-A/77 de 17-Jul, DR.IS [138]Supl
1957-08-20	Revoga, a partir de 01.01.2004 (conforme o art. 2º da Lei 4-A/2003, de 19 de Fevereiro), o Dec 41234 de 20 de Agosto de 1957, DG [186]

Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro (Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos)

Modificações Sofridas:




Modificações Sofridas		
Foram encontradas 5 associações.		
Data	Texto	Diploma
	Alterados a partir de 01.12.2015 os arts. 2.º, 3.º, 4.º (na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 5.º, 8.º, 9.º, 10.º (na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 11.º, 12.º, 14.º, 16.º, 19.º, 20.º, 23.º, 24.º, 25.º (na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 26.º, 27.º, 29.º, 30.º, 31.º, 35.º a 39.º, 41.º, 45.º (na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 48.º (na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 50.º, 51.º, 53.º a 56.º, 58.º, 59.º (na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 61.º, 63.º, 64.º, 66.º a 71.º, 73.º (na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 74.º, 76.º, 77.º, 78.º a 86.º (todos na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 87.º a 98.º, 99.º e 100.º (os dois últimos na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 101.º a 105.º, 107.º, 110.º a 120.º, (o último na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 122.º, 123.º, 124.º (na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 126.º e 127.º, 130.º (na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 131.º, 132.º (na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 135.º, 140.º, 141.º, 142.º, 143.º (na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev) a 145.º, 149.º, 150.º e 151.º (os dois últimos na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 152.º, 157.º (na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev), 159.º, 161.º (na redação da Lei 4-A/2003, de 19-fev) a 164.º, 169.º a 173.º, 175.º, 176.º, 180.º (na redação da Lei 59/2008, de 11-set), 182.º e 184.º (os dois últimos na redação da Lei 4-A/2003,	Decreto-Lei n.º 214-G/2015 -



Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro (Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos)


Retificações:

LEI N.º 15/2002

Diário da República n.º 45/2002, Série I-A de 2002-02-22

 Direito Comunitário  Modificações  Retificações

 Outras Bases de Dados  Parlamento

 Exportar  Imprimir

Outros Tipos:

Rectificado por

Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto	Diploma
2002-02-22	Rectificada pela DECL- RECT.17/2002.2002.02.22.AR DR.IS-A [81] de 06/Abr/2002	Declaração de Rectificação n.º 17/2002 - Diário da República n.º 81/2002, Série I-A de 2002-04-06


 Ver lista completa sem paginação nem limitações de tabelas


Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro (Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos)

Doutrina Associada:

LEI N.º 15/2002

Diário da República n.º 45/2002, Série I-A de 2002-02-22

 Direito Comunitário  Modificações  Retificações

 Outras Bases de Dados  Parlamento

 Exportar  Imprimir

Outros Tipos:

Doutrina Associada

Foram encontradas 2 associações.

Data	Texto
2007-03-20	PARECERJUR.5723/2007.20.03.2007.SCJ-DGO
2004-10-06	PARECERJUR.147/2004.06.10.2004.SCJ-DGO


 Ver lista resumida

Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro (Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos)

Jurisprudência Associada:

LEI N.º 15/2002

Diário da República n.º 45/2002, Série I-A de 2002-02-22

 Direito Comunitário  Modificações  Retificações

 Outras Bases de Dados  Parlamento

 Exportar  Imprimir

Outros Tipos:

Jurisprudência Associada

Foram encontradas 15 associações.




Data	Texto
2016-02-05	AC 1/2016 de 16-dez do STA (Proc. n.º 985/14 - Pleno da 1.ª Secção) DR.IS [25] de 05.02.2016 (Al. b) do n.º 1 do art. 120.º do Código)
2015-03-10	AC 81/2015 de 28-jan do TCS (Proc. n.º 765/14) DR.IIS [48] de 10.03.2015 (N.º 4 do art. 59.º do Código)
2012-09-19	AC 3/2012 de 05-Jun (Proc. 420/12 - Pleno da 1.ª Secção) do STA DR.IS [182] de 19.09.2012 (Al. i) do nº 1 e nº 2 do art. 27º do Código)
2011-10-03	AC 2/2011, de 16-Jun, do STA (Proc. n.º 225/11) DR.IS [190] de 03.10.2011 (nº 5 do art. 142º e art. 147º do Código)



Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro (Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos)

Parlamento (histórico da Lei desde a iniciativa até à sua publicação):

LEI N.º 15/2002

Diário da República n.º 45/2002, Série I-A de 2002-02-22

 Direito Comunitário  Modificações  Retificações

 Outras Bases de Dados  Parlamento

Parlamento

Proposta de Lei 92/VIII: Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos (revoga o Decreto-Lei n.º 267/85, de 16 de Julho).

Autoria

- Governo
 - 2001-07-13 | **Entrada**
 - 2001-07-17 | **Admissão**
 - 2001-07-17 | **Anúncio**
 - 2001-07-17 | **Baixa comissão distribuição inicial generalidade**
 - 2001-07-18 | **Publicação**
 - [DAR II série A N.º 76/VIII/2 Supl. 2001-07-18 (pág. 2434-(7)-2434-(47)), - (7) a -(47)]
 - 2001-10-31 | **Discussão generalidade**
 - [DAR I série N.º 19/VIII/3 . 2001-11-02 (pág. 685-702)]
 - 2001-11-30 | **Votação na generalidade**
 - [DAR I série N.º 26/VIII/3 . 2001-12-03 (pág. 1061-1061)]Votação na Reunião Plenária N.º 26

Aprovado por unanimidade
A Favor: *PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, BE*
Ausência: Daniel Campelo (INDEP)

Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro (Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

Campos de Pesquisa

Base de dados: Supremo Tribunal Administrativo ▼

Palavra Chave: CPTA

⚠ Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

250 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	01/28/2016	024/16	são Pedro	Recurso de Revista Excepcional Recurso de Revista Pressupostos
<input type="checkbox"/>	02/24/2016	0289/14	Fonseca Carvalho	Isenção Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imoveis Redução de Imposto
<input type="checkbox"/>	02/18/2016	0495/14	Alberto Augusto de Oliveira	Concurso para JUIZ do Supremo Tribunal Administrativo Avaliação Factores
<input type="checkbox"/>	02/17/2016	01036/15	Francisco Rothes	Oposição de Acórdãos mesma Questão Fundamental de Direito


Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro (Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

 Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

46 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	09/17/2015	05737/09	António Vasconcelos	Execução de Acórdão Anulatório
<input type="checkbox"/>	07/09/2015	09448/12	Helena Canelas	Despacho Interlocutório – Recurso – Questão Nova.
<input type="checkbox"/>	06/25/2015	05193/09	Helena Canelas	Execução de Julgados – CPTA – Regime de Recurso
<input type="checkbox"/>	06/11/2015	12099/15	Catarina Jarmela	Competência – Concessionária de Auto-estrada – Artigo 1º N.º 5, do Regime Aprovado pela Lei 67/2007, de 31/12 - Artigo 4º N.º 1, AL. 1), do ETAF

Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro (Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

62 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	01/08/2016	01233/12.2beprt	Rogério Paulo da Costa Martins	Caducidade do Direito de Acção; ERRO Desculpável;
<input type="checkbox"/>	12/04/2015	00605/14.2becbr	Esperança Mealha	Reclamação para a Conferência
<input type="checkbox"/>	12/04/2015	00509/13.6beprt	Hélder Vieira	Impugnação de Actos Anuláveis; Caducidade do Direito de Acção;
<input type="checkbox"/>	11/06/2015	01053/12.4beavr	Esperança Mealha	Reclamação Conferência - 40.º/3 ETAF
<input type="checkbox"/>	10/22/2015	03088/14.3bebrg	Hélder Vieira	Evidência da Procedência; Processo Cautelar;
<input type="checkbox"/>	10/09/2015	00320/12.1bevis	Joaquim Cruzeiro	Acção Administrativa Especial; Produção de Prova;

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão